

9

11/19.

Fundação Cuidar o Futuro

Mês Paulo Fátima / Document - 2012

Proposta de

TEXTO

m. / 83



I. QUADRO DE REFERÊNCIA: A SUA NECESSIDADE



1. - O reconhecimento mútuo dos elementos integrantes deste movimento processa-se não só pela coerência das suas diferentes formas de intervenção na prática social, mas também pela sua progressiva convergência em torno de um determinado ideário de sociedade. Para que tal convergência se aprofunde é necessário porém que ela se concretize, abordando diferentes aspectos da realidade de modo a evitar as discussões meramente ideológicas de projectos abstractos e os equívocos que lhe andam normalmente associados. Esta necessidade é tanto mais premente quanto os próprios sistemas ideológicos se mostram hoje incapazes de, pela erosão que experimentam, enquadrar e disciplinar as manifestações sociais emergentes da crise.

2. - A reflexão centrada sobre o modelo de desenvolvimento com o qual se pretende construir o futuro da sociedade portuguesa constitui uma boa oportunidade de contribuir para o aprofundamento acima referido.

De facto, um projecto de sociedade exige um modelo de desenvolvimento com ele coerente, assim como este para se efectivar requer a sua tradução em acções concretas e parcelares.

3. - A natureza globalizante de uma estratégia viável é ainda o meio mais adequado de polarização de diferentes agentes sociais que dificilmente se podem reconhecer na diversidade das formas de intervenção social, se a elas não subjazer um referencial comum. De novo nos confrontamos com a incapacidade de um projecto de sociedade polarizar por si só os diferentes agentes de transformação do quotidiano. Abre-se neste campo e a este ~~substituto~~ <sup>movimento</sup> toda uma vasta gama de possibilidades de acção comum. Só uma perspectiva estratégica globalizante permite o reconhecimento das complementaridades.

4. A área ~~\_\_\_\_\_~~ que neste momento se polariza, depurada e caldeada pelos eventos de 1974/1989, parece finalmente reconhecer-se numa perspectiva global em que as diferenças existentes entre as várias formações, e grupos, <sup>energias</sup> diferenças de vocação no tipo de intervenção, diferenças entre as experiências acumuladas - são contribuições positivas porque diversas e porque convergentes, surgindo como transfigurações de um mesmo projecto.

Factores decisivos dessa polarização poderão ser:

- . A consciência exacta das capacidades e das potencialidades dos diversos agrupamentos, tanto dos já presentes no I encontro como dos que, embora referenciados, ainda não se integraram.
- . A capacidade de avaliação das forças sócio-políticas e das instituições, que, sendo componentes da estrutura social portuguesa, poderão, em momentos determinações, constituirem-se aliados.
- . A consciência adquirida da crise mundial e das mutações profundas em curso no mundo de hoje.
- . Finalmente, uma perspectiva empenhada das transformações a realizar em Portugal, partindo da força de uma dinâmica popular cuja sabedoria ~~\_\_\_\_\_~~ <sup>a primeira grande solicitação a</sup> ~~\_\_\_\_\_~~

5. Certos todavia de que os factores anteriormente enumerados não conduzirão, por si só, à consecução de soluções positivas e democráticas do "continuum" histórico português, a área ~~\_\_\_\_\_~~ <sup>da</sup> ~~\_\_\_\_\_~~ terá que se afirmar mais incisivamente no quadro social e também no quadro institucional, projectando, através deste último, propostas consistentes e efectivamente alternativas, pelas quais se irá estruturando o referencial necessário a uma mais alargada polarização dos agentes que, no cerne do tecido social, operam a transformação deste, de objecto em sujeito.

Por outro lado, cada uma dessas intervenções propiciará a melhor consolidação do projecto de que esta área é portadora, visto que o sucessivo tratamento dos temas centrais das intervenções implica que entre as diferentes componentes desta área tais temas sejam aprofundados e debatidos, ganhando-se assim consistência as formulações concretas do projecto global.



## II. CRITÉRIOS DE INTERVENÇÃO:

- evitar a esperança, encerrando no curto - médio prazo o longo prazo
- mobilizar social e politicamente, definindo as condições de transformação imediatamente possíveis.
- pesquisar colectivamente as propostas alternativas, entendendo os desequilíbrios estruturais da sociedade portuguesa como meios ao serviço de uma estratégia orientada para a sua superação.

1. - A contradição entre as opções de curto e de longo prazo tem constituído o denominador comum das dificuldades do exercício do poder por parte da esquerda. Se a esquerda centralista "resolve" esta questão subordinando pela força as carências do curto prazo aos objectivos longínquos, a auto-designada esquerda democrática perde-se em regra nas solicitações do imediato, uma vez que as não integra numa estratégia global coe-

### Fundação Cuidar o Futuro

2. - O projecto de sociedade da área política em que este movimento se integra terá de assumir-se como radical face àquelas experiências, porque está em causa a transformação efectiva das condições de apropriação do quotidiano das populações.

Não comprometer o presente em nome do futuro, nem pelo contrário abdicar deste em função dos condicionalismos do imediato, requer a procura de um justo equilíbrio entre esses dois termos, polarizando as populações em torno de objectivos concretos.

3. - Uma estratégia de desenvolvimento, no seu sentido mais amplo de condição necessária para um projecto alternativo de sociedade, começa pois por ser uma proposta coerente de "gestão" do curto e médio prazo, o despertar necessário da energia vital de um bloco social directamente interessado na prossecução dos objectivos estratégicos.



4 - Enunciados que foram os princípios gerais a que deve subordinar-se a compatibilização das actuações sectoriais e de curto prazo com as opções desejáveis de longo prazo, importa que este movimento promova uma discussão alargada sobre as metas estratégicas concretas que se colocam à sociedade portuguesa e às suas componentes nele representadas. Das diferentes sensibilidades que o compõem e dos diversos meios de relacionamento com o quotidiano que nele se aglutinam resultarão por certo achegas importantes sobre o realismo e impacto das propostas de acção em torno das quais as complementaridades podem referenciar-se.

5 - Afirmar desassombradamente que não existem receitas milagrosas não significa que não se proponham ao ~~serviço~~ <sup>Hominele</sup> perspectivas concretas de discussão. Assim, a ênfase colocada no imperativo de uma gestão coerente do curto-médio prazo pressupõe desde logo que os desequilíbrios estruturais da sociedade portuguesa sejam entendidos como meios, não desprovidos de potencialidades, ao serviço de uma estratégia orientada para a sua superação.

Fundação Cuidar o Futuro

Precisemos esta proposta de discussão - os desequilíbrios como meios.

6 - Um diagnóstico de base que funcione como suporte de qualquer discussão sobre o modelo de desenvolvimento para Portugal não pode deixar de integrar as duas linhas de força seguintes:

- a progressiva degradação da posição mantida pela estrutura produtiva nacional na divisão internacional do trabalho;
- os desequilíbrios provocados pela concentração de uma parcela sensível de recursos humanos e materiais em zonas relativamente limitadas de território continental.



7 . Trata-se de dois desequilíbrios cujo alcance não se limita à realidade económica do País, mas que se projecta na sua realidade global pelas consequências que produz no plano das ideologias, no plano político e no plano social. Trata-se, por outro lado, de desequilíbrios de difícil hierarquização, dada a imperiosidade das carências que lhe correspondem.

O primeiro, devido ao permanente e cada vez mais ameaçador cutelo que paira sobre sectores que constituem tradicionais bolsas de emprego, considerada a irrecusável abertura da sociedade portuguesa ao exterior. A imperiosidade desta questão limita-se a ser reforçada pelo espectro de adesão à CEE e não é, como vulgarmente se refere, despoletada por tal adesão. O reposicionamento da divisão internacional do trabalho terá de ser inelutavelmente pensado independentemente das modalidades de integração no espaço mundial das trocas.

O segundo conjunto de desequilíbrios assume relevo não menos particular por vários motivos:

- pela diversidade qualitativa de carências que provoca, balizada por dois extremos: as que são típicas das faixas de congestionamento populacional e as que caracterizam as zonas deprimidas com tendência para a desertificação económica;

- pela globalização que tal realidade concede a cada problemática sectorial, fazendo depender a sua correcção da inversão das tendências do MDEC (modelo de desenvolvimento em curso);

- pelo insuficiente aproveitamento de recursos nacionais ditado por aquele desequilíbrio; este fenómeno é sistematicamente reproduzido pela actividade privada que acompanha a configuração espacial de opor-

tunidades de investimento existente e pelo sistema bancário que se limita compreensivelmente a acompanhar as leis de afectação espacial dos recursos em funcionamento.

Fundação Cuidar o Futuro



8. Finalmente tendo em conta que a inserção na divisão internacional do trabalho é um dado inelutável, uma das questões com que o movimento não pode deixar de confrontar-se é pois de discutir que forma de estar na economia mundial se mostra mais compatível com as transformações internas pretendidas - exercício e aprofundamento da democracia.

E, por outro lado, ao exercício e aprofundamento da democracia como objectivo estratégico resulta certamente ao nível das opções económicas espaço bastante para integrar algumas questões:

- . qual o papel da esfera privada da produção?
- . com que agricultura podemos contar para uma opção estratégica de longo alcance? Que papel atribuir à pequena agricultura dominante?
- . como utilizar o sector empresarial do estado articuladamente com o sector de propriedade social (directamente ligado a aquele objectivo estratégico) e sector privado da produção?

Certamente que o movimento em gestação não deixará de inventariar ao nível de outras políticas sectoriais questões tão decisivas como as que anteriormente foram sugeridas. Resultará desse debate um referencial novo em função do qual pode ser delimitada a margem de actuação possível quer para as medidas globais de índole económica e financeira, quer para as diferentes políticas sectoriais onde por certo este movimento pode mais facilmente oferecer alternativas de implementação



### III. GRANDES ÁREAS - TEMA



As questões essenciais que de uma forma instante e quotidiana se colocam à grande maioria dos portugueses - emprego, inflação, habitação, saúde e educação - radicam em problemas de fundas raízes estruturais que não podem ser resolvidos apenas através da afectação directa de recursos e da mobilização administrativa.

Deverão antes procurar-se os campos em que de forma decisiva e no curto/mé - dio prazo podem ser accionadas transformações que conduzam à resolução dos grandes bloqueamentos que sufocam a evolução da sociedade portuguesa e por - tanto a resolução a prazo daquelas instantes questões.

Nesta perspectiva, consideram-se 5 áreas fundamentais, *como referências decisivas de um processo de desenvolvimento.*

#### A. ÁREA DA REGIONALIZAÇÃO, DO PODER LOCAL, DA GESTÃO DE RECURSOS E DO AMBIENTE.

Numa primeira abordagem, entende-se que "regionalização" significará, ou equivalerá a dizer, desenvolvimento equilibrado das regiões em ordem ao desenvolvimento harmonioso do território nacional no seu todo. Assim entendida, a regionalização deve ter como vectores:

- A descentralização, como componente política;
- O desenvolvimento, como componente económica;

sendo certo que a componente cultural deverá estar presente nos dois vectores.

Um processo de regionalização deverá contribuir por um lado para o aprofundamento da prática democrática contendo a participação consciente dos cidadãos na gestão do seu quotidiano, devendo por outro lado apontar para a correcção das assimetrias espaciais, económicas, sociais e culturais actualmente existentes.

De acordo com a relação "participação/correcção de assimetrias", há que aprofundar as linhas estratégicas em que se inserem questões parcelares passíveis de ser tratadas aos níveis mais simples de intervenção - - freguesia, bairro, estruturas produtivas ou de consumo.

Em ordem à detecção das aspirações locais, através da auscultação permanente das necessidades das populações, acentuou-se a necessidade designadamente da revitalização do associativismo e de acções a desencadear com as populações e não para as populações (inventariação de recursos e necessidades).



0,  
Nestas condições, as análises, os estudos e os  
mapas que se referem a esta área, devem entender-se

como meio para consolidar a prática democrática e alargar o seu apren-  
dizado ;

como meio para determinar os recursos e hierarquizar as carências ;

como meio para planear e executar transformações que corrijam as as-  
simetrias espaciais e sectoriais ;

como meio para vivificar culturalmente a sociedade portuguesa, sujei-  
ta no presente momento à acelerada massificação ideológica carreada  
pelos meios de comunicação de maior audiência.

Formulação que visa:

- 1 - permitir uma prática clarificadora das ambiguidades que o texto  
constitucional apresenta nesta matéria ;
- 2 - traduzir-se em objectivos, programas e práticas que consubstan-  
ciem uma verdadeira reforma descentralizadora de poderes e compe-  
tências.

B. Área da Produção, do Consumo e das Respostas  
Articulações Sociais, Espaciais e Sectoriais.

Esta área é concebida como a esfera multiface-  
tada das relações económicas de produção e das  
relações culturais (doutrinárias, ideológicas, etc) de dominação.

O impacto das alterações que a nova Orçãõ Inter-  
nacional do Trabalho vem impor a uma economia  
dependente, exige assumir os diversos agentes  
económicos como parte inteiras, participantes e responsáveis,  
na resolução da crise.



O novo modelo de desenvolvimento deverá assentar numa efectiva reorientação da economia, estruturando-a a partir do pleno aproveitamento e valorização dos nossos recursos humanos e materiais, de modo a combater o deslocamento das capacidades produtivas para os circuitos paralelos e especulativos da actividade económica. Entre outros parâmetros caberá dar importância às oportunidades de investimento e consequente criação de empregos em sectores tais como o agro-alimentar, a indústria da construção civil, e à consideração do papel estruturante do sector empresarial do Estado e das P.M.E.'s e de pequena agricultura dominante.

De uma forma muito específica, "quem trabalha precisa de saber o que produz e para que produz, a fim de não ser um agente passivo mas um sujeito activo, da reconstrução económica".

Fundação Cuidar o Futuro

É neste sentido que, considerando os diferentes projectos sindicais em presença, a valorização das organizações de trabalhadores e a participação do movimento sindical, competem mais particularmente ao HSP contribuir para criar naquele um espaço de verdade.



C. ~~ÁREA~~ ~~DO~~ MOVIMENTO SOCIAL E DA TRANSFORMAÇÃO DO ESTADO.

No caso português, a Administração Pública é uma instituição que, pela sua pesada e tortuosa e descompensada orgânica, pode revelar-se fortemente desmobilizadora de esperanças despertadas para um projecto nacional, ao diferir e impedir acções demandadas das instâncias executivas e legislativas. A gravidade do distorcimento que o gigantismo da centralização administrativa está a acarretar a todo o país é um factor que emerge de entre o conjunto das assimetrias nacionais e que deve ter tratamento autónomo.

Assim, na execução da perspectiva que propomos, tem que se estudar o funcionamento da máquina administrativa, analisando os respectivos organigramas, o apetrechamento legal que informa cada ministério e o relaciona com as administrações locais, define o âmbito das respectivas competências, os direitos do cidadão face à administração e os níveis de recurso que lhe competem.

Simultaneamente, os princípios éticos que nos regem, conduzem a estabelecer uma análise das causas da corrupção, da economia paralela, da criminalidade e da marginalidade.

A curto prazo, preconiza-se o lançamento de uma política de moralização da administração (máquina administrativa do Estado e institutos e empresas públicas). Mas do que reformular leis, e talvez muitas careçam de reformulação, há que procurar fazê-las cumprir, e isso pelo reforço associado da integridade moral e da competência dos detentores de poder de decisão.

Fundação Cuidar o Futuro



Na sequência de alguns aspectos focados no tópico anterior, todas as estruturas que viabilizem a expressão da participação pública inscritas no quadro jurídico-administrativo do actual sistema, devem ser aproveitadas e exploradas.

Assim, na esfera do Poder Autárquico, ganham especial relevância os esquemas de participação das populações na elaboração dos Planos Gerais de Urbanização, nos Planos de Estruturação Urbanística e de Ordenamento e nos Planos Directores Municipais, bem como as capacidades potenciais do órgão Conselho Municipal, único organismo onde é assumida a representação dos interesses dos cidadãos enquanto tal, fora do quadro ideológico doutrinário.

Quanto à intervenção no domínio do poder central, não só devem ser consideradas todas as situações em que foi colocado à discussão pública problemas específicos (v.g. o caso da energia, da regionalização e outros) como devem ser enunciados com a devida oportunidade posições concretas sobre assuntos momentosos sem excluir o pedido de abertura da discussão pública sobre temas de grande importância (v.g. adesão a...)

Fundação Cuidar o Futuro

Parente sobre do 25 de Abril no que se refere à sua presença no quadro da democracia representativa, dado o exclusivo detido pelos partidos políticos, em muitas ocasiões o associativismo formal e informal dos cidadãos portugueses teve papel significativo na história do país.

Também, agora, na presente crise, a participação pública se afirma como motor do processo de desenvolvimento e como garante da subsistência do quadro democrático, porque o consolida e aprofunda, ao ganhar a sua carta de alforria.

As emanações orgânicas, sectoriais e regionais, do quadro associativo e as diversas expressões que as correntes de opinião assumem no corpo social, são dados integrantes de uma realidade mutável, e como tal agente determinante da sua transformação



A essatura complexa do quadro do associativismo presente no país, integrando a totalidade dos seus múltiplos aspectos - sindicatos, associações patronais, cooperativas, agremiações culturais e científicas e desportivas - e a sua distribuição geográfica, deve ser inventariada e analisada.

Também, por outro lado, devem ser cuidadosamente inventariados todos os organismos da Administração Pública, central ou local, com vocação, mesmo que parcial, de dar as respostas e a risonância das intervenções que as populações e as suas emanações orgânicas fazem executando em sequência de vários processos.

As subjacências sociais, designadamente as alterações das formas de relacionamento humano e do quadro familiar, devem ser perspectivadas em função de um arranjo social novo.

D. Área DA CULTURA, DA COMUNICAÇÃO SOCIAL  
E DO NEGÓCIO.

Embora constitua também uma área prioritária, a cultura deve ser entendida como preocupação presente nas restantes áreas, dados os seus poderes de determinar acções de outra natureza e ainda porque constitui um discurso sobre as finalidades gerais de toda a acção social e sobre os princípios que regem as relações gerais entre essas finalidades e os respectivos meios, relações que devem estabelecer-se não só na subordinação última dos meios aos fins mas ainda segundo uma dialéctica entre uns e outros. E, pois, necessário garantir, de variados modos, tanto horizontal como verticalmente, a plena participação do pensamento, da investigação e da imaginação a todos os níveis e sectores da vida quotidiana e a possibilidade das experiências desta chegarem a todos os sectores e níveis daqueles.



A extrema independência criativa de escritores, artistas e cientistas não é incompatível com o senso das suas responsabilidades sociais se se entender que nada, a este respeito, pode ser prévio ao acto da criação mas implícito no mesmo como sua própria criação. Independência não é, pois, neutralidade: a invenção ou a descoberta científicas, artísticas e literárias são formas de fazer comunidade.

Neste sentido, um estatuto de intervenção específica, semelhante ao de parceiro social, deve ser concedido, fornecendo meios de expressão pública a todos os cientistas, artistas e investigadores, na sua qualidade de fermento decisivo numa massa que terá que ser levedada com a sua participação.

Por outro lado, as raízes histórico-culturais do país, mais do que preservadas, devem ser reconquistadas. A política de protecção do meio ambiente, do património monumental arquitectónico e artístico e da cultura popular, tem que ganhar foral de cidadania através da sua permanente presença em tudo quanto é acção planeada nas diversas esferas: na regionalização, no planeamento económico e no ordenamento territorial, na administração e na política externa.

O grande poder da comunicação social deve ser usado para formar, informar e comunicar, impedindo-se a sua abusiva utilização como meio de degenerescência cultural e condicionamento de comportamento sócio-político.

Um estatuto de relativa autonomia no que concerne aos seus agentes, e os seus meios, pelo seu lado, deve articular-se com as exigências da transformação necessárias à viabilização de um novo modelo de desenvolvimento e ~~de~~ confronto com os parâmetros alterados que dele decorrem.

Os órgãos, de instituições separadas da ideologia e doutrina oficiais, admitindo a presença de alternativas de propostas ao ~~do~~ desenvolvimento situações privilegiadas.



# E. Área das Relações Externas do Tempo e da Sociedade

A orientação da política externa é a emanção natural das directrizes fundamentais da política interna, podendo o seu correcto exercício potenciar ajudas decisivas na consecução das transformações internas enunciadas.

A implantação cultural de Portugal no Mundo é hoje factor condicionante de uma política de diversificação efectiva e prática das relações bilaterais, para além das que se desenvolvem com países de quem dependemos de modo mais flagrante, por forma a diluir e a travar essa situação de dependência.

parecem ser privilegiadas as relações com os países de expressão portuguesa, num clima de total reciprocidade e profundo respeito pela soberania desses países, sobretudo devido à ligação que, ~~durante~~ vários séculos fizeram sedimentar entre o nosso povo e os povos desses países.

## Fundação Cuidar o Futuro

A situação geográfica de Portugal permite, por outro lado, encarar a discussão da nossa integração em diversos níveis de espaços económicos e políticos possíveis (CEE/EFTA, área mediterrânica - Europa do Sul/África do Norte -, espaço ibérico, etc.) segundo a perspectiva comum de contribuir para a paz, para a liberdade dos povos e para a solidariedade entre as Nações.

Este especificidade que lhe é própria e a que particular relevo e importância a aproximação actual com ~~o~~ o país africano e o mundo português, mesmo em linha de conta com 3 fenómenos que se interrelacionam: colonização, modernização e cooperação.



Mais, a par do estudo do lapso temporal que vem a ser a duração da monopólio a ser, segundo os diversos aspectos da atividade humana nas suas territorialidades, deverá ser especificamente estudada a cooperação, com particular incidência nos meios e modos próprios em os mais países p. no significado estratégico da mesma.

IV. PROJETOS POSSÍVEIS, A TÍTULO DE EXEMPLO

As cinco grandes áreas de referência antes mencionadas permitem estabelecer a relação necessária entre o projeto coletivo e intervenções político-sociais e os materiais e espaços empunhamentos de cada uma.

Enumera-se alguns dos projetos já em curso, apontando-se os seus principais articulados e referências as áreas.

- Ecologia/Energia (Londres) - área A/B
- Cultura - Escena ou Quotidianos (Londres) - área D.
- Sociologia (Paris) - área C
- Plano (Londres) - área A

ETC, ETC.

